



DNPI  
Fls. 09 12 06  
N

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Divisão Técnico Ambiental - AI

DESPACHO 001474/2013 AL/DITEC/IBAMA

Maceio, 18 de maio de 2013

A(o) Gabinete - AI

Assunto: **Vistoria (Processo IBAMA nº 02003.000289/2013-95)**

1. No que tange a competência comum, a Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA:

*Art. 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:*

*I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)*

*II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)*

*III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)*

*IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio*





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Divisão Técnico Ambiental - AI**

***Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)***

***V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)***

***VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989).***

***(...)***

***Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental. (Redação dada pela Lei Complementar nº 140, de 2011)***

***(...)***

**2. A Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas, para a cooperação entre os entes federativos nas ações administrativas ambientais, no seu Art. 8º descreve as ações administrativas dos Estados:**

**Art. 7º São ações administrativas da União:**

***(...)***

***XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:***

***a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;***





DNF-AL  
Fls. 11 14 08

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Divisão Técnico Ambiental - AI**

b) *localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;*

c) *localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;*

d) *localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);*

e) *localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;*

f) *de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999;*

g) *destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou*

h) *que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;*

(...)

**Art. 8º São ações administrativas dos Estados:**

(...)

XIV - *promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos arts. 7º e 9º;*





DNPM/AL  
Fis. 12 15  
A

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
Divisão Técnico Ambiental - Al

(...)

3. Em análise ao Ofício nº 064/2013/PR/AL - 9º Ofício (Doc. IBAMA OF 02003.000761/2013-90), que originou o Processo IBAMA nº 02003.000289/2013-95, onde **requisita** que a Superintendência do IBAMA em Alagoas realize uma vistoria *in loco*, objetivado apurar a veracidade da denúncia sigilosa, relatando irregularidades na exploração de Sal-gema no município de Maceió/AL, onde *"a empresa BRASKEM estaria depositando rejeitos da indústria petrolífera nos poços de extração do citado mineral, dessa forma, contaminando o lençol freático"*.

4. A atividade de extração mineral de sal-gema, o seu transporte por dutos e operação da indústria são atividades licenciadas ambientalmente pelo órgão estadual de meio ambiente do Estado de Alagoas (Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA/AL).

5. A referida denúncia apresenta informações sobre a deposição de rejeitos nos poços de extração de sal-gema, onde a vistoria ora requisitada requer conhecimentos específicos de geologia e hidrogeologia, onde a Superintendência do IBAMA em Alagoas, por não conduzir nenhum procedimento com esta temática, não possui nos seus quadros nenhum Analista Ambiental com os conhecimentos específicos supracitados.

6. Considerando que o IMA/AL realiza a condução de diversos processos de licenciamento ambiental com esta temática, possuindo geólogo na composição dos seus quadros de servidores/colaboradores, sendo o profissional mais indicado para a atendimento da demanda.

7. Enfatizando o que dispõe o Art. 3º Inciso III da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para harmonizar as políticas e ações administrativas, para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente, sugerimos:

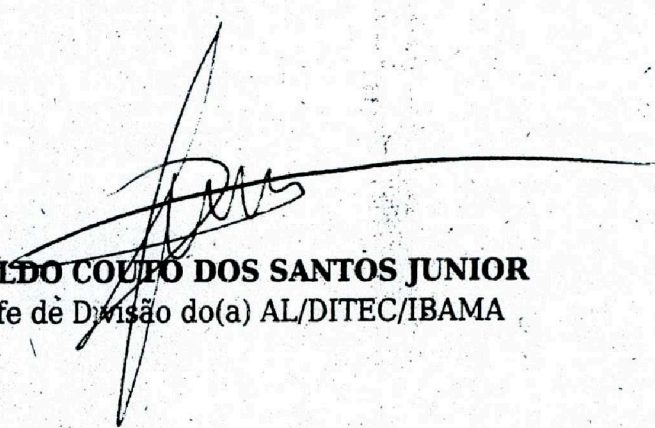
- Encaminhar ofício à Procuradoria da República em Alagoas (PR-AL MPF) informando a impossibilidade da realização de vistoria requisitada pela Superintendência do IBAMA em Alagoas, por não possuir profissional com conhecimentos que o caso requer, sugerindo acionar o IMA/AL e/ou Perito da Polícia Federal. Informar também a Procuradoria da República em Alagoas (PR-AL MPF), que a demanda será direcionada ao IBAMA Sede objetivando consultar a nossa instância superior, a possibilidade de atendimento.
- Após envio de ofício ao MPF, sugiro direcionar o processo ao Gabinete da Presidência do IBAMA, objetivando verificar a possibilidade de atendimento.





DNM/AL  
Fls. 13  
A

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Divisão Técnico Ambiental - AI**

  
**RIVALDO COUPO DOS SANTOS JUNIOR**  
Chefe de Divisão do(a) AL/DITEC/IBAMA